

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

8,5

A ESCOLA INCLUSIVA E A ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR.

Marciana Rosa de Lima

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

A ESCOLA INCLUSIVA E A ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR.

Marciana Rosa de Lima

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar”.

VILHENA/2006

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

ILSO FERNANDES DO CARMO

RESUMO

Esta monografia visa abordar o tema da inclusão sob o ponto de vista das necessidades de adaptação do espaço físico para responder às expectativas da clientela. Esta questão é bastante problemática, principalmente, quando aplicada às escolas públicas. Em contrapartida há uma abertura considerável no que se aplica a proposição de projetos que abranjam estas adaptações, neste caso, mais uma vez a gestão esbarra na burocracia estatal. E tais projetos acabam sendo inviabilizados ou mesmo esquecidos no fundo de gavetas nos órgãos responsáveis. No intuito de analisar estas questões e outras, que forem surgindo no decorrer dos trabalhos, este estudo propõe o desenvolvimento de árdua pesquisa bibliográfica com base nas posições defendidas por especialistas no assunto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares e mestres por terem estado a meu lado em todos os momentos.

DEDICATÓRIA

A Deus

Por me dar saúde, inteligência e força de vontade para aprender sempre e à minha filha Leilane minha inspiração.

EPRÍGRAFE

“O esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre caminho.”

Eurípedes (Poeta Grego)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I.....	10
1.0 As deficiências na história da humanidade um breve histórico.....	10
1.1 História das terminologias relativas às deficiências.....	14
1.2 Defesa da cidadania e inclusão no Brasil	15
1.3 Paradigmas da atualidade.....	19
CAPÍTULO II.....	22
2.0 A deficiência física: aspectos gerais.....	22
2.1 Tipos de deficiência física.....	24
2.2 O acompanhamento clínico da pessoa portadora de deficiência.....	25
2.3 O papel da família.....	26
2.4 Políticas públicas de inclusão.....	26
CAPÍTULO III.....	30
3.0 Adaptações necessárias ao espaço escolar para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais.....	30
3.1 A adaptação dos espaços escolares	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

São muitos os problemas que envolvem a educação voltada às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Pois, é sabido que os sistemas de educação não estão preparados para atender as diversidades, embora se busque propiciar aos portadores de necessidades educativas especiais uma escola de qualidade, percebe-se que nem mesmo a sociedade conseguiu dinamizar níveis de integração que realmente satisfaçam às necessidades destas pessoas. Por isto, a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas tem sido um tema bastante discutido abrindo-se a uma gama de questões, tais como: Como a escola deve se adaptar fisicamente para receber pessoas portadoras de necessidades especiais? Apenas as adaptações físicas serão suficientes para atender satisfatoriamente às pessoas portadoras de necessidades especiais? Na busca por resposta para tais questões esta monografia pretende abordar a educação inclusivista entendida como processo que, se bem estruturado, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais e para a convivência harmônica das diferenças nas escolas regulares.

No intuito de discutir estas questões esta pesquisa tem como objetivos analisar a educação especial sob a perspectiva do Paradigma inclusivista dando ênfase nas adaptações físicas necessárias a serem efetivadas no espaço escolar tendo em vista o atendimento de pessoas portadoras de deficiências motoras;

reconhecer os princípios que norteiam a educação especial; identificar os aspectos físicos relevantes à educação inclusivista e destacar a importância das adaptações do espaço físico para atender as necessidades das pessoas portadoras de deficiências físicas.

A introdução traz os passos que serão seguidos na elaboração da pesquisa, o primeiro capítulo traça um breve panorama sobre as deficiências na história da humanidade. O segundo capítulo cuida especificamente da deficiência física em suas peculiaridades, o terceiro capítulo trata das adaptações necessárias ao espaço escolar para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais. Finalmente, a última parte do trabalho traz as conclusões tiradas do estudo feito.

CAPÍTULO I

AS DEFICIÊNCIAS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE UM BREVE HISTÓRICO

Este capítulo pretende traçar um breve panorama da educação especial ao longo da história da humanidade, tendo em vista ampliar o leque de informações relativas às propostas de inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, especialmente no que diz respeito à adequação do espaço físico para atender as necessidades das pessoas com deficiências físicas. Além disto, é evidente que o conhecimento histórico a respeito do tratamento dado as pessoas portadoras de necessidades educativas especiais em diferentes épocas e culturas é essencial para o entendimento da atual conjuntura da educação especial.

Pode-se dizer que a história da Educação de pessoas portadoras de necessidades especiais pode ser dividida em quatro períodos: período da exclusão, segregação, integração e inclusão. A primeira fase, considerada de maior duração, se estende desde os primórdios da humanidade até o início do século XX, também chamada de fase da exclusão, neste período as pessoas com deficiência eram consideradas como incapazes e inaptas à educação escolar.

Na antiguidade clássica, o portador de deficiência era sacrificado ou apartado do convívio social, Gregos e Romanos consideravam o deficiente como um ser inferior e justificam suas posturas e atitudes com relação à deficiência de acordo com os conhecimentos e convicções da época, um exemplo disto, é a alusão que PLATÃO faz as pessoas portadoras de deficiência em sua obra A República: Quanto

aos filhos de sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado. (2002, p.145)

A sobrevivência de pessoas com deficiência em si era considerada um grande problema, por causa dos constantes conflitos por territórios que tais civilizações se envolviam. Devido a isto, era comum o sacrifício de deficientes devido à incompatibilidade destes com o sistema de produção escravocrata que exige aptidão física e mental. Sob esta ótica, os que não se enquadravam eram descartados em nome da integridade bélica e militar da cidade Estado. SÊNECA apud CARVALHO (1997, p.24) assim se refere a postura adotada em relação as pessoas deficientes na Grécia.

“Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nos as afogamos: não se trata de ódio, mas de razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las”.

Em Roma sacrificasse crianças deficientes em nome da “saúde social” jogando-as nos esgotos, no entanto em alguns lugares do Império elas eram submetidas a uma cerimônia de purificação, para limpá-las de seus males e assim afastar quaisquer efeitos malignos que estas podiam atrair sobre a comunidade a qual pertenciam.

Na Idade Média os portadores de deficiência, os loucos, os criminosos eram considerados “possuídos pelo demônio” faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Deviam ser afastados do convívio social, ou mesmo sacrificados. É importante lembrar, entretanto, que a idade Média se estende por um longo período da história da humanidade, marcado por diversos sentimentos frente aos portadores de deficiência: rejeição, piedade, proteção.

Durante o Renascimento as mudanças sociais, culturais e científicas trazem consigo novas concepções e explicações para velhos acontecimentos e fenômenos. Santo Agostinho atribuía á deficiência mental a culpa, punição e expiação dos antepassados pelos pecados cometidos. A respeito das pessoas deficientes expressava: “São às vezes tão repelentes que não têm mais espírito do que o gado”. São Tomás de Aquino, seis séculos mais tarde, propõe outra

explicação para a deficiência: “É uma espécie de demência natural, não é absolutamente um pecado”.

Mesmo as autoridades episcopais não chegavam a um consenso sobre a natureza das deficiências, isso mostra a grande dificuldade que o ser humano sempre teve em compreender, administrar e aceitar as diferenças, cercando os que não se enquadravam nos preceitos de normalidade delimitados pelo senso comum, como seres incompletos e incapazes, perpetuando assim a posição de inferioridade que a sociedade salvaguardou, a estas pessoas com base em atitudes discriminatórias e irracionais.

Com o Renascimento e o florescimento do Antropocentrismo a questão da valorização do homem passou a ser constantemente posta em pauta e a existência dos deficientes passou a ser encarada mais naturalmente, se afirmando a condição humana destas pessoas, no entanto mantendo-se a marca de preconceito e desvalorização. Do século XVI ao XIX, pessoas com deficiências físicas ou mentais continuavam isoladas do resto da comunidade, no entanto agora em asilos, conventos, albergues. Segundo a Revista NOVA ESCOLA (2001, p.37),

“A fase do Renascimento, que sucedeu à idade Média, trouxe mais perspectivas humanísticas, o portador de necessidades especiais passou a ser visto de uma maneira mais natural, embora não mais aceitável. Ficou reconhecida a sua condução humana-menos sobrenatural - embora essa visão ainda possa ser observada em nossa época (...) A deficiência passou a ser explicada por um prisma de casualidades naturais, embora passasse a ter um caráter patológico. Não se trata de evolução, mas, fala-se em etiologias naturais, em visões médicas e concepções mais racionais”.

As idéias que explicavam as deficiências difundidas no Renascimento permaneceram até o advento das Revoluções Industrial e Francesa, períodos em que começaram a aparecer às primeiras propostas de apóio e educação voltados às pessoas portadoras de deficiências, ainda assim presas às raízes de discriminação herdadas dos séculos anteriores. De acordo com MAZZOTA (2001, p.16)

“(…) até o século XVIII, as noções a respeito das deficiências eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criadores”.

A concepção de deficiência e de seus portadores permaneceu marcada por preconceitos, desvalorização e por incapacidade predominante. A época foi caracterizada pela pergunta: Deve-se buscar ajuda para os seus males físicos e

mentais em terapias e medidas educacionais? As dúvidas fundamentavam-se nas idéias de degeneração herdadas do século XVI, segundo as quais os portadores de deficiência mental eram herdeiros das insuficiências humanas. (CARVALHO, 1997, p.17)

A segunda fase, chamada de segregação, já no século 20, começou com o atendimento às pessoas deficientes dentro de grandes instituições que, entre outras coisas, propiciavam classes de alfabetização. A partir da década de 50 e mais fortemente nos anos 60, com a eclosão do movimento dos pais de crianças a quem era negado ingresso em escolas comuns, surgiram as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas comuns. O sistema educacional ficou com dois subsistemas funcionando paralelamente e sem ligação uma com a outra: a educação comum e a educação especial.

A terceira fase, localizada na década de 70, constituiu a fase da integração, embora a bandeira da integração já tivesse sido defendida a partir do final dos anos 60. A década de sessenta é marcada pelo surgimento de organizações chefiadas por pais e parentes dos portadores de necessidades educativas especiais, surgindo às primeiras críticas ao segregacionismo. Teóricos passam a defender a adequação do deficiente à sociedade. Integração vira palavra de ordem.

A educação especial aparece pela primeira vez na LDB 4042 de 1962, a lei aponta que a educação dos excepcionais deve no que for possível se enquadrar no sistema geral de educação. O conceito de integração é de fundamental importância à compreensão geral da evolução da educação voltada aos portadores de necessidades educativas especiais no Brasil. Para WINICOTT (1997, p.140)

“Integração é o combate mais adequado à institucionalização de deficiência. Os arranjos devem ser compatíveis com as necessidades das crianças deficientes. As escolas especiais devem existir quando as crianças tiverem deficiências severas. A interação implica a utilização de recursos de toda a sociedade”.

No período, integracionista houve uma mudança filosófica em direção à idéia de educação integrada, ou seja, escolas comuns aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelo menos, em ambientes o menos restritivo possível. Só que se considerava integrados apenas aqueles

estudantes com deficiência que conseguissem adaptar-se à classe comum como esta se apresentava, portanto sem modificações no sistema. A educação integrada ou integradora exigia a adaptação dos alunos ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de ressaltar a condição "preferencialmente na rede regular de ensino", o que deixava em aberto a possibilidade de manter crianças e adolescentes com deficiência nas escolas especiais.

Finalmente, a quarta fase, a de inclusão, surgiu na segunda metade da década de 80, incrementou-se nos anos 90 e vai adentrar o século XXI. A idéia fundamental desta fase é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condição atípica. A inclusão se baseia em princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação com a maioria. A educação inclusiva depende não só da capacidade do sistema escolar (diretor, professores, pais e outros) em buscar soluções para o desafio da presença de tão diferentes alunos nas classes, como também do desejo de fazer de tudo para que nenhum aluno seja novamente excluído com base em alguma necessidade educacional muito especial.

1.1 HISTÓRIA DA TERMINOLOGIA RELATIVA ÀS DEFICIÊNCIAS

Ao longo da história da educação as deficiências e seus portadores receberam vários nomes, aborda-se aqui o porquê destas várias designações. A primeira designação usada para definir os deficientes foi excepcional, depois pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades especiais, e finalmente hoje se difundiu a terminologia pessoa portadora de necessidades educativas especiais, mas qual seria o objetivo destas constantes mudanças? Segundo SALGADO e VALADARES (2000, p.265),

“A noção de eficiência ou deficiência é sempre relativa aos parâmetros - padrão da cultura, que delimitam uma área chamada de normalidade. Os seus limites mínimo e máximo deixam margem

ampla de funcionalidade. O que está aquém desta margem é considerado "anormal", "excepcional", "deficiente" porque não consegue operar segundo o padrão, por limitação funcional dos meios, o que reduz a eficiência, ou por falha em aceitar o padrão o que reduz a adequação".

Conclui-se que apesar de tantas mudanças designativas, o estigma da inadaptação perdura. Os portadores de deficiências continuam a ser vistos como diferentes, já que não se adaptam a normas e valores estabelecidos pela sociedade, acabam por ser considerados seres humanos inferiores, subproduto da espécie, indivíduos incapazes, desviados, anormais.

A estigmatização dentro da raça humana é um fato bastante sério já que restringe a participação de indivíduos considerados diferentes na construção da própria cidadania e ainda perpetua preconceitos milenares. SCHNEIDER (1975, p.43), se expressa da seguinte forma:

"A sociedade contemporânea, frente à visão distorcida que possui destes indivíduos, os ignora, experimenta sentimentos paternalistas, protecionistas e caritativos. Esses sentimentos expressos submetem os portadores de necessidades educativas especiais a condições inferiores de direitos e funções".

O grande ideal da educação integracionista seria garantir aos portadores de necessidades educativas especiais o direito de exercer a cidadania, inserindo os na sociedade a qual pertencem respeitando suas limitações e diferenças.

1.2 DEFESA DA CIDADANIA E INCLUSÃO NO BRASIL

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiências é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (MAZZOTA, 2001, p.15)

Como pode constatar, os deficientes eram segregados, afastados de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de credence. Afinal, o que era diferente era desconhecido e

misterioso e fonte de medo e preconceito, daí a exclusão absoluta das “pessoas diferentes”.

A partir do século XIX, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas. Assim começou o que se chama de segregação institucional. Excluídos da família e da sociedade, os portadores de deficiências eram acolhidos em asilos de caráter religioso e filantrópico, muitas vezes passando ali toda a vida. Ao mesmo tempo, foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação.

“A inclusão da “educação dos deficientes”, da “educação dos Excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinqüenta e início da década de sessenta do século XX”. (MAZZOTA, 2001, p.27)

No entanto, no Brasil o atendimento especial aos portadores de deficiência começou oficialmente no dia 12 de outubro de 1854, através do Decreto Imperial n^o 1.428, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que mais tarde em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto lei n^o 13.210 passando a ser denominado Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Em 1942, o instituto Benjamin Constant editou em braile a Revista Brasileira para cegos, primeira do gênero no Brasil. Este instituto caracterizou-se pela instalação de oficinas de aprendizagem de ofícios, oficinas de tipografia e encadernação para meninos cegos e de tricô para meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos.

“A despeito de se constituir medida precária em termos nacionais (e, 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, atendia 35 cegos e 17 surdos), a instalação do IBC abriu possibilidade de discussão da educação dos portadores de deficiências. O 1^o. Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em Dezembro de 1882. Entre os temas referidos no congresso figurava a sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos”. (MAZZOTA, 2001, p.30).

A necessidade de uma política de educação especial foi se delineando nos anos 70 quando o MEC assumia que a clientela da educação especial é a que “requer cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade”. Em 1989 a expressão “alunos excepcionais” foi substituída por “alunos portadores de necessidades especiais”.

Em 1990, finalmente o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na cidade de Jomtiem, na Tailândia: estavam lançadas as sementes da política da Educação Inclusiva. Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, que confere aos portadores de deficiência o direito de estudar em escolas comuns.

Fazer valer esse direito depende unicamente do esforço do portador de deficiência, seus parentes, e da boa vontade de professores e diretores. Porém a proposta enfrenta resistência, pois muitas escolas têm medo de assumir esta responsabilidade por não ter recursos para isso. Existe também o receio dos pais de expor seus filhos especiais a atitudes preconceituosas como também a falta de informação dos parentes das crianças normais. Desconfortáveis com a possibilidade de ter seu filho estudando ao lado de um portador de deficiência mental, de um surdo ou de um cego.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da comparação. A inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial e preparar o aluno para ser incluído na escola. A proposta inclusivista se baseia, sobretudo, em noções que buscam adaptar os portadores de deficiências às condições especiais que lhes são oferecidas. Segundo esta visão a educação inclusivista se propõe a:

“(...) a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte, e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais”. (SASSAKI, 2002, p.42).

A implantação do paradigma inclusivista reconhece a importância das velhas orientações¹ que influenciaram as práticas de educação especial ao longo da história da educação, e que até os dias atuais impulsionam o desenvolvimento de métodos, recursos e tecnologias que visam, sobretudo, ao oferecimento de uma vida

¹. Entre as orientações antigas de educação especial, a que ficou mais conhecida foi a do paradigma da reabilitação, implantado nas áreas psicológica e educacional que pretendia conferir um caráter científico a determinadas asserções e práticas aplicadas aos portadores de deficiências.

mais digna às pessoas portadoras de deficiências. Este reconhecimento se deve ao fato, que tais orientações vieram se contrapor às posturas sociais que legitimavam as práticas de “exorcização de fantasmas e espíritos malignos” das pessoas deficientes, para uma situação em que as diferenças ou anormalidades observadas eram entendidas como intrínsecas àqueles organismos defeituosos.

A partir daí a culpa, antes atribuída ao sobrenatural, recaía, agora, sobre os ombros de seus próprios portadores. Essa mudança de entendimento significou um grande avanço do ponto de vista social, pois substituiu os rituais espirituais pelas intervenções terapêuticas. No entanto, se mantém a tentativa de retirar ou acrescentar algo num organismo defeituoso. Estes princípios possibilitaram a criação de um incontável rol de patologias, anomalias, discrepâncias e anormalidades que se contratavam aos conceitos cientificistas de normalidade. As teorias que sustentavam os princípios de normalidade surgem à medida que as Ciências Humanas adquirem maior consideração social, já na Idade Contemporânea.

Segundo os princípios difundidos a partir do Iluminismo, as pessoas portadoras de deficiências deixam de ser considerados como doentes, para serem considerados como indivíduos pertencentes a determinada condição, a condição de excepcionalidade. Aparentemente, durante este período a contribuição de áreas como a psicologia, sociologia e pedagogia parecem não melhorar consistentemente a condição de vida dos portadores de deficiências. No entanto, este é um momento histórico marcante, porque impulsiona a formação de uma consciência social em relação a esses indivíduos.

E é por meio dessa nova consciência social, que decorrem teorias e práticas que promoverão uma guinada substancial no reconhecimento dos direitos desses indivíduos, principalmente no direito à educação e a condições de vida mais condizentes às suas peculiaridades. Apesar desta evolução que reivindica o entendimento e respeito às individualidades, ao mesmo tempo contribuir para o fortalecimento de ideais segregativos.

Diante deste contexto segregativo é que surge o grande desafio que se apresenta atualmente na educação de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais: o da superação dessa dicotomia a favor da realização de um

trabalho que tanto satisfaça os educadores como profissionais e atenda às demandas da educação especial.

Essa situação enseja, então, a proposição de uma transformação em relação ao ainda poderoso paradigma da reabilitação para dar lugar a um novo paradigma: hoje identificado como Paradigma da Inclusão que embora não descarte todo o conhecimento alcançado graças às velhas práticas, chama a atenção para a urgência de um rompimento ideológico, ontológico e epistemológico com as velhas orientações.

1.3 PARADIGMAS DA ATUALIDADE

A humanidade vive um momento de transição paradigmática com relação a aceitação e inclusão das classes e grupos excluídos na sociedade, o que se pretende, como isto é a garantia de melhores condições de vida para as pessoas, e em especial para as portadoras de necessidades educativas especiais.

A educação está em pleno desenvolvimento das tentativas de aplicação de princípios do Paradigma da Inclusão², como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação. A proposta inclusivista se baseia, sobretudo, em noções que buscam adaptar os portadores de deficiências às condições especiais que lhes são oferecidas e reconhece a importância das orientações que influenciaram as práticas de educação especial e impulsionam o desenvolvimento de métodos, recursos e tecnologias que visam, sobretudo, ao oferecimento de uma vida mais digna às pessoas portadoras de deficiências.

A mudança de postura da sociedade em relação a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais significa um grande avanço do ponto de vista social. E é por meio dessa nova consciência social, que decorrem teorias e práticas que promoverão uma guinada substancial no reconhecimento dos direitos desses indivíduos, principalmente no direito à educação e a condições de vida mais condizentes às suas peculiaridades. Diante deste contexto é que surge o grande

² *Inclusão = modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania*

desafio que se apresenta atualmente na educação de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais: o da superação dos velhos preconceitos a favor da realização de um trabalho que tanto satisfaça e atenda às demandas da educação especial.

Entre as necessidades existentes na implantação da proposta inclusiva nas escolas públicas tem-se a adaptação do espaço físico como requisito indispensável a melhoria da qualidade de vida destas pessoas no espaço escolar. Essa situação enseja, então, a proposição de uma mudança profunda nas estruturas físicas dos prédios tendo em vista facilitar a Inclusão efetiva das pessoas portadoras de necessidades especiais.

No entanto, vale ressaltar que o Paradigma da Inclusão não se apresenta como solução para os problemas vivenciados na complexa relação estabelecida entre a sociedade e seus cidadãos menos aptos. Assim, a proposta da inclusão é situar a deficiência na intersecção entre o objetivo e o subjetivo, ou seja, se alguma ação se faz imprescindível na educação especial, esta deve focalizar a sociedade como um todo, de modo a que esta se ajuste e torne-se flexível o suficiente para contemplar a convivência harmônica das diferenças.

No entanto, apesar de tantas mudanças ocorridas nas últimas décadas no que se refere à educação especial, o estigma da inadaptabilidade perdura. Uma vez que, os portadores de deficiências continuam a ser vistos como diferentes, já que não se adaptam a normas e valores estabelecidos pela sociedade, acabam por ser considerados seres humanos inferiores, subproduto da espécie, indivíduos incapazes, desviados, anormais. De acordo com SCHNEIDER (1975, p.43):

“A sociedade contemporânea, frente à visão distorcida que possui destes indivíduos, os ignora, experimenta sentimentos paternalistas, protecionistas e caritativos. Esses sentimentos expressos submetem os portadores de necessidades educativas especiais a condições inferiores de direitos e funções”.

O grande ideal da educação inclusivista seria garantir aos portadores de necessidades educativas especiais o direito de exercer a cidadania, inserindo-os na sociedade a qual pertencem respeitando suas limitações e diferenças. Entre os requisitos indispensáveis para a promoção desta adaptação está a preparação das unidades escolares no que se aplica ao espaço físico para receber as crianças portadoras de necessidades especiais.

Neste sentido, a educação especial, como modalidade de educação escolar, está organizando-se cada vez mais, de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva. No entanto, para que o modelo de educação inclusiva seja efetivado nas escolas regulares é preciso que os educadores definam os seus objetivos, foco desejado e o seu perfil profissional no intuito de proporcionar um atendimento que garanta a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade e o seu pleno exercício da cidadania.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem e adequações o espaço físico para garantir a efetivação real desta aprendizagem aos alunos portadores de deficiências.

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a idéia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal, impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo, para o qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica. (NEMETALA, apud CARVALHO 2000, p.2).

CAPÍTULO II

A DEFICIÊNCIA FÍSICA: ASPECTOS GERAIS

Neste capítulo faz-se uma breve exposição sobre a deficiência física, dentro do panorama geral das deficiências. Sabe-se que são consideradas pessoas portadoras de deficiências aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente. (Política Nacional de Educação especial).

“Deficiência física é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más formações congênitas ou adquiridas” (Carvalho, 1997, p.56)

Segundos dados do MEC Ministério da educação e do desporto dez por cento da população brasileira é constituída por pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Distribuídas segundo o quadro a seguir:

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS	PORCENTAGEM
Mental	5,0%
Física	2,0%
Auditiva	1,5%
Visual	0,5%
Múltiplas	1,0%
TOTAL	10%

Embora a terminologia deficiência física seja usada de forma genérica, para designar todos os tipos de deficiência que afetem habilidades físicas e sinestésicas. Para os especialistas na área, deficiência física é aquele que está vinculada a comprometimentos motores e/ou de locomoção, em braços e/ou pernas.

Várias podem ser as causas deste tipo de deficiência, desde as pré-natais e perinatais, ou ainda podem ter como causa acidentes de trânsito, uso de substâncias tóxicas, violência urbana e da prática de esportes radicais. Daí a

preocupação desta pesquisa em mostrar alternativas de adaptações arquitetônicas que proporcionam autonomia, situações de inclusão em salas de aula e no trabalho para as pessoas portadoras de necessidades físicas.

A deficiência física pode ser entendida como uma desvantagem, resultante de um comprometimento ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho motor de uma determinada pessoa, ocasionando alterações ortopédicas e/ou neurológicas.

Portanto, são considerados portadores de deficiência física os pessoas que apresentam comprometimento da capacidade motora, nos padrões considerados normais para a espécie humana. É importante salientar que a deficiência física afeta as funções motoras e não a parte cognitiva da pessoa, ficando as habilidades cognitivas preservadas na maioria dos casos.

Entre as principais características das pessoas portadoras de deficiências físicas, segundo CORDE (1997), pode-se citar:

- Movimentação sem coordenação ou atitudes desajeitadas de todo o corpo ou parte dele;
- Anda de forma não coordenada, pisa na ponta dos pés ou manca;
- Pés tortos ou qualquer deformidade corporal;
- Pernas em tesoura (uma estendida sobre a outra);
- Dificuldade em controlar os movimentos, desequilíbrios e quedas constantes;
- Dor óssea, articular ou muscular;
- Segura o lápis com muita ou pouca força;
- Dificuldade para realizar encaixe e atividades que exijam coordenação motora fina.

As causas das deficiências físicas, por sua vez, podem ser agrupadas, segundo CORDE (1997), da seguinte forma:

- Pré-natais: Acontecem como resultado de problemas durante a gestação, remédios tomados pela mãe, tentativas de aborto malsucedidas, perdas

de sangue durante a gestação, crises maternas de hipertensão, problemas genéticos e outras;

- Perinatais: ocorrem por problemas de ordem respiratória na hora do nascimento, prematuridade, mecúnio, cordão umbilical enrolado no pescoço e outras;
- Pós-natais: resultado de parada cardíaca, infecção hospitalar, meningite ou outra doença infecto-contagiosa, acidentes, uso de drogas, pratica de esportes radicais, etc.

As deficiências físicas pós-natais, em jovens e adultos pode advir de lesão medular, aneurisma, acidente vascular cerebral ou outros problemas. É importante destacar o papel dos acidentes causados por imperícia ou imprudência no transito, uso de drogas e a violência urbana.

São relevantes os números de pessoas que são atingidas por balas perdidas ou alvejadas em assaltos, nas grandes cidades do país, que se tornam deficientes físicos. Além disto, há doenças que podem ser causa de deficiência física como é o caso da paralisia infantil (poliomielite).

2.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

As deficiências físicas podem ser classificadas de acordo com vários critérios, a classificação explicitada abaixo e a do CID (Código Internacional de Doenças), segundo a Organização Mundial de Saúde:

Tipos de deficiências físicas	Características
Hemiplegia:	A metade esquerda ou direita do corpo fica paralisada, em decorrência da lesão de células nervosas do cérebro que comandam o movimento desta parte do corpo;
Paraplegia	Paralisia dos membros inferiores (pernas);
Tetraplégica:	Paralisia dos membros superiores (braços) e dos inferiores (pernas).

Amputações	Pessoas que nasceram sem um membro, perderam-no em um acidente ou precisaram tirá-lo por motivo de saúde, como um problema circulatório ou de gangrena.
Paralisia cerebral	A lesão afeta, em graus variados, a fala, a coordenação motora ou a locomoção. Por falta de informações, as pessoas acham que, porque a fala ficou alterada, estas pessoas têm também uma deficiência mental.
Doenças degenerativas: como a esclerose múltipla e a espinha bífida, poliomielite, e distrofia muscular, etc.	Doenças degenerativas que ataca o sistema nervoso, provocando enrijecimento dos membros e dificuldades de locomoção ou distrofia muscular, que abrange um grupo de disfunções musculares com alguns sintomas em comum, resultantes de falhas no desenvolvimento de fibras musculares, doenças ocasionadas ainda durante a gestação pela má formação da coluna vertebral e da medula espinhal, poliomielite, e outras.

No Brasil, o Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 considera pessoa portadora de deficiência Física:

"Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções";

2.2 O ACOMPANHAMENTO CLINICO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Segundo especialistas, a chance de reversão do quadro, ou arrefecimento das lesões são maiores quanto mais cedo a pessoa com deficiência seja por qualquer tipo de causa for encaminhada para um programa de estimulação precoce.

A estimulação deve se iniciar o mais precocemente possível, tendo em vista o desenvolvimento de suas capacidades e sua independência nas atividades cotidianas, de acordo com a fase de desenvolvimento que ele está.

Pois, quanto mais cedo, mais a musculatura, respondera positivamente aos exercícios, e atividades fisioterápicas. O desenvolvimento motor da pessoa esta fortemente ligado a força de seu tônus muscular, que por sua vez influencia no desenvolvimento do sistema nervoso.

Devido ao fato, do individuo obedecer a padrões de desenvolvimento motor, de acordo com sua idade, e considerando-se a dificuldade da criança com DF obedecer às etapas do desenvolvimento, daí a necessidade de fazer exercícios de estimulação e de usar equipamentos e aparelhos, que são de grande ajuda no seu dia-a-dia.

2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA

É inegável a influência da família na inclusão social do portador de deficiência física o processo de integração social do deficiente: inicialmente a integração deve se dá a nível familiar, todos os integrantes da família precisam estar cientes da importância da aceitação é uma questão essencial para o desenvolvimento desta pessoa, a família deve estar disposta e permitir a integração deste individuo no seio da sociedade, através das atividades comunitárias: esta pessoa precisa freqüentar os locais públicos, ser reconhecido como membro da família, se possível trabalhar, e estudar.

Pois, quanto mais à pessoa portadora de deficiência física participar das atividades sociais e levar uma vida produtiva, mais ela será vista pelos membros de sua família como igual aos demais.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

A educação tem assumido papel de destaque no panorama das políticas governamentais brasileiras, principalmente a partir da década de 1990, em que se pode verificar fortalecimento do discurso e de propostas que revelam a intenção de garantir educação para todos.

A luta da sociedade brasileira pela universalização do acesso à escola remonta há décadas, e a persistência de pautar essa reivindicação como prioridade

garantiu, inclusive, que o último texto constitucional reafirmasse a educação como um direito de todos, definindo a quem cabe a responsabilidade por sua promoção e incentivo, e estabelecesse seus fins. De tal forma, a educação assim ficou assegurada na CF/88:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Artigo 205)

A Constituição garante à todos o acesso à escola ao declarar que toda unidade deve atender aos princípios legais e não pode excluir ninguém. Quando aplicados estes conceitos aos alunos portadores de deficiências, pode-se perceber que os aspectos que adquirem maior relevância neste cenário são as desvantagens funcionais que eles apresentam, pois, em grande maioria dos casos, a escola não está preparada para lidar com estas crianças, nem possui ambientes que favoreçam a inclusão destes.

As adaptações dos espaços escolares, neste contexto, se configuram como uma necessidade urgente, quando se tem por objetivo a facilitação da integração dos educandos com necessidades especiais nas escolas.

Para que as pessoas portadoras de necessidades especiais possam ser incluídas na escola e na sociedade é imprescindível que se desenvolva estratégias adequadas e devidamente planejadas, tais como:

- A planificação e o desenvolvimento de arranjos no ambiente físico e no ambiente social;
- A escolha dos materiais e equipamentos da sala de aula;
- A disposição e a adequação do espaço disponível para os alunos "densidade social" e "densidade espacial";
- A revisão do papel do professor como iniciador das interações sociais ou como mero gestor dessas interações.
- No entanto, a realidade observada nas escolas da rede pública no Brasil, e a colocação dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas que não estão preparadas para recebê-los.

Nem para proporcionar-lhes o mínimo de apoio especializado, seja no acesso a profissionais especializados, seja através da criação de espaços adaptados a estas pessoas.

Neste contexto, o aluno perde a chance de desenvolver suas potencialidades e progredir em termos educativos dentro da escola.

A inclusão, neste sentido, requer a inclusão do espaço escolar, num sistema que contemple o aluno em suas especificidades, de modo que estas possam efetivamente integrar-se e integrar seus alunos na sociedade.

Este é um processo que pode ser iniciado dentro das salas de aula, pela ênfase aos moveis, objetos e materiais didáticos que esse aluno deverá ter acesso, tendo em vista as características de cada pessoa, tendo em vista a facilitação do desenvolvimento de atividades escolares.

Isto poderia ser entendido como possibilitar a pessoa portadora de deficiência às mesmas condições dos demais, as mesmas oportunidades para que este possa desenvolver as suas potencialidades dada suas diferenças individuais.

Entre as barreiras que precisam ser derrubadas para a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais está espaço físico, principalmente no espaço escolar: as barreiras arquitetônicas precisam ser eliminadas; através da construção de rampas e de banheiros adaptados, para isto, os projetos de construção de novas escolas ou de reforma das existentes precisam prever este tipo de ação.

Outro problema é a escassez de mobília e materiais didáticos adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais, uma vez que tais recursos são de grande importância para o trabalho em sala de aula.

A adaptação dos ambientes públicos é outra questão que precisa ser revista, o movimento inclusivista precisa abranger os projetos arquitetônicos de empresas, teatros, transportes coletivos, hospitais, clínicas, comércio, áreas de lazer, ou seja, todos os locais aos quais todo cidadão tem direito à acesso, incluindo os deficientes físicos.

Esta realidade devera perpassar também a adequação dos bens públicos e privados de utilidade pública como clubes, escolas, ginásios, praças,

banheiros públicos, parques, estacionamentos, calçadas, etc. de modo a atender a todas as formas de deficiência, facilitando a vida cotidiana destas pessoas e sua independência, liberdade e privacidade.

Neste caso, os ambientes devem ser pensados de modo a contemplar os diversos tipos de deficiência ambulatória: seja ela total, com o uso de cadeira de rodas, ou parcial, pessoas com dificuldade de locomoção que precisam utilizar-se de próteses e aparelhos ortopédicos.

CAPÍTULO III

ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS AO ESPAÇO ESCOLAR PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, os documentos oficiais legais e complementares, de normatização ou de orientação à política educacional, prevêm que, aos alunos com necessidades educacionais especiais, sejam garantidos a educação e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 embora priorizando o atendimento integrado às classes comuns do ensino regular, (...) prevê a manutenção das classes, escolas ou serviços especializados para atender aos alunos que deles necessitarem, em complementação ou substituição ao atendimento educacional nas classes comuns. (art. 58, § 1º)”. (SOUSA E PRIETO, 2002, p.130).

Diferentes autores, a partir de diversas perspectivas e adotando referenciais que nem sempre comungam na totalidade, têm defendido um mesmo princípio, qual seja: a educação escolar para todos. Para MAZZOTTA (2001, p. 36).

“A efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que a requeiram ou educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão”.

ARANHA (2001, p.45), referindo-se especificamente aos portadores de deficiência, advoga que:

“Cabe à sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência necessitem (nas áreas física, psicológica, educacional, social e profissional). Mas lhe cabe, também, garantir-lhes o acesso a tudo de que dispõe, independente do tipo de deficiência e grau de comprometimento apresentado pelo cidadão”.

Tem-se previsto o especial na educação referindo-se a condições que possam ser necessárias a alguns alunos para que se viabilize o cumprimento do direito de todos à educação. O que é o ‘especial’ da educação? O “especial” refere-se às condições requeridas por alguns alunos que demandam, em seu processo de aprendizagem, auxílios ou serviços não comumente presentes na organização escolar.

Caracterizam estas condições, por exemplo, a oferta de materiais e equipamentos específicos, a eliminação de barreiras arquitetônicas e de mobiliário, as de comunicação e sinalização e as de currículo, a metodologia adotada e, o que é fundamental, a garantia de professores especializados bem como de formação continuada para o conjunto do magistério. (SOUSA E PRIETO, 2002, p. 124)

Os sistemas de ensino devem construir instrumentos que possam identificar e caracterizar com clareza e precisão sua população escolar, bem como aquela que ainda não teve acesso à escola, de tal forma que essas informações possam evidenciar suas reais necessidades educacionais especiais, permitindo elaborar planejamento educacional capaz de atendê-las.

O planejamento de ações para atender às necessidades educacionais da população deve partir do levantamento de dados sobre a estrutura e as condições de funcionamento da rede escolar: o número, o tamanho e a localização das escolas públicas, seus contornos e seus diferentes entornos e conhecer suas condições físicas e materiais; o número e a composição das turmas.

É preciso mapear os recursos educacionais especiais existentes na localidade, identificando e caracterizando a natureza de seu atendimento e procedendo a avaliação dos mesmos. As ações dos sistemas públicos de ensino deverão pautar-se em conhecimento sobre: a situação funcional dos seus profissionais; sua formação acadêmica e se tiveram alguma formação em educação especial; as concepções de ensino/aprendizagem que adotam; as representações sociais que têm sobre alunos com necessidades educacionais especiais.

Considerando as necessidades dos alunos, dos profissionais, das escolas, das redes de ensino e da comunidade, é preciso garantir a provisão de recursos educacionais especiais, bem como de equipamentos, materiais e profissionais para atuarem nesses espaços de ensino.

O aprimoramento das políticas públicas no campo social depende de que elas sejam submetidas a acompanhamento e avaliação sistemáticas, caso contrário, a atuação poderá ficar restrita ao terreno de suposições que sujeitam as políticas à fragilidade e descontinuidade. É preciso responder as seguintes questões: as ações dos sistemas de ensino se configuram como uma política de atendimento ou uma mera prestação de serviços?

O atendimento proposto tem garantido a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais ou tem somente propiciado seu convívio social? Tal conjunto de informações deve ser base para a organização de propostas de intervenção, que devem prever formação continuada para todos os profissionais ligados direta ou indiretamente a atividades de ensino, que garantam a construção de conhecimentos sobre características do desenvolvimento e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, métodos e adaptações curriculares, possíveis ou necessárias, bem como a utilização de materiais e equipamentos específicos, dentre outros.

Uma das principais tarefas das unidades escolares é a construção de espaços para a participação de todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de ensino. Entre outras tarefas, esta participação deve garantir a elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola em consonância com princípios e objetivos maiores da educação, previstos em legislação nacional.

Neste projeto, a educação para todos deve prever o atendimento à diversidade de necessidades e características da demanda escolar. Corroborando tal premissa, para SOUSA e PRIETO (2002, p. 124):

“O princípio norteador é a crença na possibilidade de desenvolvimento do ser humano, tratando-se as diferenças individuais como fatores condicionantes do processo de escolarização que precisam ser consideradas quando se tem o compromisso de educação para todos”.

Por fim, o que se espera conquistar é uma educação de qualidade, que garanta a permanência de todos na escola com a apropriação/produção de conhecimento, que possibilite sua participação na sociedade.

Da mesma forma, é de suma importância que a criança com deficiência física frequente a escola, onde ela pode desenvolver seu potencial intelectual e interagir com outras crianças.

A família desempenha um papel fundamental no processo de adaptação da criança à escola: ela deve conversar com a professora e com a equipe escolar, orientando sobre como tratar a criança, seus limites e potencialidades.

Pode ser necessário adaptar a carteira, verificar qual é a melhor posição em relação à lousa e se o banheiro tem condições de ser utilizado. É importante consultar a criança sobre suas necessidades, com naturalidade.

Pequenas adaptações podem fazer muita diferença: por exemplo, se a criança não consegue segurar o papel para escrever, este pode ser preso na carteira com fita crepe.

Como a criança com deficiência física em geral escreve mais lentamente, a professora pode esperar mais tempo para apagar a lousa ou estimular o trabalho cooperativo, no qual os colegas colaboram sem, porém, fazer as tarefas pela criança com deficiência. Outra alternativa possível é a professora preparar fichas com o texto escrito na lousa, que a criança possa levar para casa.

Na fase inicial de aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, as diferenças entre crianças com deficiência física e crianças não deficientes é pequena, em geral.

O desenvolvimento intelectual é bastante semelhante, principalmente se a criança teve uma estimulação adequada; ela vai precisar de auxílio para se locomover e para manusear o material escolar. Esta constatação é verdadeira também para as etapas posteriores do processo de aprendizagem.

A sociedade, por sua vez, precisa aprender a conviver com as diferenças individuais de cada um. O professor e toda a equipe escolar devem criar uma relação de confiança com o aluno, descartando a hipótese de ele vir a ter medo ou vergonha de não aprender imediatamente o que está sendo ensinado. Desta

forma, fica claro que a criança portadora de deficiência deve ser ensinada desde pequena a buscar a superação de seus próprios limites, já que na verdade, a diferença de ritmo pode acontecer com qualquer criança, portadora ou não de necessidades especiais. Assim, é fundamental criar uma relação de confiança com todos os alunos.

A escola é muito importante para qualquer criança, mas é ainda mais importante para a criança com deficiência. É na escola que a criança aprende a confiar em si mesma, percebendo que é capaz de realizar a maioria das atividades, embora levando um pouco mais de tempo.

4.1 A ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Quando se tem em sala de aula crianças, jovens ou adultos portadores de deficiência física é necessário que se providencie a eliminação das barreiras arquitetônicas e as adaptações necessárias. O maior problema dessas pessoas é ter condições de acesso aos espaços.

Os deficientes físicos podem ter dois níveis de deficiência:

a) deficiência ambulatória total-indivíduos dependentes momentânea ou permanentemente de cadeira de rodas.

b) deficiência ambulatória parcial - indivíduos que se locomovem com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos.

Tendo por base estes tipos de deficiência, todo projeto de espaço escolar adaptado deve contemplar as condições de acessibilidade para estes usuários, sendo mais específicos os problemas de acessibilidade e utilização de equipamentos no caso dos usuários de cadeiras de rodas. A execução de tais projetos deve levar em conta às condições específicas destes usuários, já que a cadeira de rodas impõe limites à ação e alcance manual e visual de seus usuários.

Estas mudanças fazem com que a escola precise se transformar para cumprir sua função para com toda a diversidade que seus alunos representam e, neste sentido, esta diversidade também se refere às necessidades especiais dos alunos portadores de deficiência. Como consequência, há o desafio de mudanças de concepções das pessoas da escola e da comunidade.

A dificuldade em realizar estas mudanças e o tempo que isto requer torna-se, muitas vezes, fator dificultador para a inclusão dos alunos portadores de deficiência, que hoje ingressam cada vez mais na escola regular. Estes alunos acabam simbolizando a diferença com a qual a escola agora precisa lidar e que se refere aos alunos em geral, mas que, ainda, é mais perceptível para a escola, na pessoa do aluno portador de deficiência.

No acesso a escola é essencial que o percurso seja assinalado todos os percursos preparados para estes alunos, de modo a ensinar a comunidade escolar a respeitar as adaptações feitas. É importante que o aluno seja levado a conhecer o percurso que fará dentro da escola, antes mesmo do início das aulas, para que este possa antever possíveis dificuldades.

As salas de aula com pessoas portadoras de deficiência física de preferência devem estar localizadas no térreo, de modo a evitar as escadas. No caso de não haver possibilidade é importante a construção de rampas com corrimão de proteção, tendo em vista a prevenção de acidentes.

Os banheiros devem ter largura suficiente para permitir manobras de uma cadeira de rodas, devendo ser identificado por um símbolo, de acesso a pessoa portadora de necessidades especiais. As portas da mesma forma devem prever a passagem das cadeiras de rodas.

Os quadros, murais e demais materiais pedagógicos devem estar a altura que permitam o uso por usuários de cadeira de roda.

As mesas e cadeiras devem ter resistência adequada, e garantir conforto e equilíbrio a pessoa portadora de deficiência física,

Como se pode notar o espaço físico ainda é apontado por pais, educadores e especialistas como um dos principais problemas enfrentados por deficientes físicos nas escolas, uma vez que a maioria dos espaços não facilita a locomoção ou uso de cadeira de rodas.

As adaptações arquitetônicas facilitam o acesso de muitas pessoas: pessoas com deficiência física, idosos, gestantes, pessoas sofreram acidentes, obesos e cardíacos. Por isso, vale a pena investir em adaptações arquitetônicas que, muitas vezes, são de baixo custo que vão beneficiar muitas pessoas. Mas, para conseguir isso, é preciso sair e ser visto pelos demais. Muitas vezes, as pessoas

não providenciam estas facilidades em seus estabelecimentos porque não pensaram no assunto e não perceberam que o portador de deficiência também é um consumidor.

Se as escolas, locais públicos, e as cidades fossem planejadas para atender às necessidades de todas as pessoas, incluindo os grupos acima enumerados, elas seriam assim: Os edifícios teriam os elevadores, sanitários e corredores acessíveis e utilizáveis por portadores de deficiência; os deficientes físicos poderiam participar de eventos políticos, sociais e culturais; os meios de transporte seriam adaptados; as cabinas telefônicas permitiriam sua utilização por pessoas em cadeira de rodas. Pois, embora a escola ocupe um lugar importante em sua vida, como na de outras crianças, não é o único espaço de convivência e de aprendizagem.

Sob esta ótica, se pode dizer que toda escola precisa eliminar as barreiras arquitetônicas, mesmo que não tenha jovens com deficiências matriculados. As adaptações do edifício incluem: rampas de acesso, instalação de barras de apoio e alargamento das portas. No caso de haver deficientes físicos nas classes, a modelagem do mobiliário deve levar em conta as características deles. Entre os materiais de apoio pedagógico necessários estão pranchas ou presilhas para prender o papel na carteira, suporte para lápis, computadores que funcionam por contato na tela e outros recursos tecnológicos.

1- Pergunte ao aluno e à família que tipo de ajuda ele precisa, se toma medicamentos, se tem horário específico para ir ao banheiro, se tem crises e que procedimento adotar se isso ocorrer.

2- Aqueles que andam em cadeira de rodas precisam mudar constantemente de posição para evitar cansaço e desconforto.

3- Informe-se sobre a postura adequada do aluno, tanto em pé quanto sentado, e garanta que ele não fuja dela.

4- Se necessário, fixe as folhas de papel na carteira usando fita adesiva. Os lápis podem ser engrossados com esparadrapo para auxiliá-lo na escrita, caso ele tenha pouca força muscular.

5- Ouça com paciência quem tem comprometimento da fala e não termine as frases por ele.

A inclusão de estudantes com deficiência nas classes regulares representa um avanço histórico em relação ao movimento de integração, que pressupunha algum tipo de treinamento do deficiente para permitir sua participação no processo educativo comum. *"A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, como objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais"*, explica Cláudia Dutra in: (BRASIL, 2005:25). Por isso, reforça ela, todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional de entrar no sistema regular, em turmas condizentes com sua idade.

A inclusão do aluno portador de deficiência na escola constitui parte de um movimento maior a favor da sociedade inclusiva. Este movimento apresenta desafios para cada setor da sociedade que, ao enfrentá-los dentro da especificidade que lhes cabe, está, necessariamente, participando da transformação da sociedade como um todo, pelas implicações e intrincamento entre estes setores e pelas mudanças na concepção de homem e de função da sociedade, que este enfrentamento ocasiona.

No âmbito da educação e no que diz respeito à inclusão do portador de deficiência, os desafios, que têm se apresentado para a Sala de Recursos, são tanto relativos a questões aparentemente objetivas como infra-estrutura nossa e das escolas, quanto a questões mais amplas e subjetivas como a necessidade de mudanças na cultura da escola, concepções a respeito da função da escola, dos papéis a serem desempenhados por seus membros, da sua lógica tempo/espço, do ensinar e do aprender.

Infra-estrutura – A inadequação do espaço físico ao trânsito e permanência de pessoas portadoras de deficiência na escola, ainda, é uma realidade. A grande maioria não apresenta instalações sanitárias compatíveis, rampas, piso anti-derrapante e corrimãos para portadores de deficiência física. Algumas escolas têm se esforçado e, por iniciativa própria, têm realizado adaptações, mas esta não é a realidade que predomina.

O número de alunos em sala de aula também tem sido um desafio para o professor, tornando-se obstáculo a um atendimento mais individualizado às necessidades especiais destes alunos. Também, neste caso, algumas escolas têm se organizado para proporcionar melhores condições de trabalho ao professor,

através de turmas reduzidas, quando as necessidades do aluno são avaliadas como impossíveis de serem atendidas em uma turma com número usual de alunos. Entretanto, nem sempre a demanda que a escola atende e o espaço físico que possui permitem estas adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa sobre a Inclusão dos portadores de Necessidades Especiais nas escolas de ensino regular foi possível perceber, mesmo que superficialmente, os vários entraves que impedem a consolidação da qualidade da escolarização do deficiente.

As instituições escolares precisam ser lugares onde se aprenda, mediante a prática cotidiana a inclusão, que precisa também ser vista e notada pela sociedade, e para isto, se faz necessário a eliminação de barreiras arquitetônicas, a efetivação de projetos de adaptação dos espaço escolar, tornando-o mais inclusivo no que se refere as pessoas portadoras de necessidades especiais como os deficientes físicos, a escola pode sim, servir de exemplo a outras instituições e contextos sociais como comércios, igrejas, parques, transporte coletivo. O que precisamos neste caso é uma maior humanização da escola que precisa incentivar a igualdade tendo como principio o atendimento as diferenças.

Portanto, é imprescindível se pensar em alternativas que aproximem os processos de ensino de educação inclusivista, que contemple à todos, Dever garantir uma interlocução da educação inclusivista com as discussões mais amplas que a educação vem realizando, desencadeadas com a exigência de novas demandas e novos atores sociais que acabaram subvertendo a dinâmica das salas de aula e que vem contribuindo para o debate curricular.

Assim sendo, as contradições as práticas sociais e escolares de segregação e ênfase ao diferente devem ser revestidas pela redescoberta da qualidade da escolarização especial que se expressa e se representa na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e com a mudança das condições físicas, espaciais, sociais e educativas que limitam as oportunidades dos sujeitos deficientes.

A partir daí, estará se abrindo um leque de possibilidades de ações para as pessoas portadoras de deficiências, que terão seu acesso a escola facilitado, não só pelas novos paradigmas que permeiam a Educação Especial, neste novo milênio, mas por praticas que se expressam em ações efetivas de apoio aos deficientes, que tornem os mais aptos a atuar na sociedade inclusiva. Pois, só assim será possível redesenhar os mecanismos que atuam nas salas de aulas, nas relações sociais mais amplas, no entendimento das deficiências, e na aprendizagem graças aos quais pode se passar de deficientes a sujeitos do conhecimento.

Essa postura contribui, para que compreendamos de modos diferentes a escola como máquina de produção de uma nova realidade que torna a escola apta a receber, trabalhar o aluno portador de necessidades especiais no sentido de construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, mar. 2001, pp. 160-173.

BRASIL Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL Congresso Nacional. **Decreto** nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão**: recomendações para a construção das escolas inclusivas (Vol. I,II,III,IV, V, VI,). Brasília: SEESP/MEC: Secretária da Educação especial, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

CORDE. **Escola para todos: Como você deve se comportar-se diante de um, educando portador de deficiência/** Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa do Ano Internacional do Deficiente; adaptação da obra por Maria de Lourdes Canziani. 3ª. Ed. Brasília, 1997.

MARCHESI, Álvaro. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educativas especiais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais:** reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Mackenzie, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Raízes históricas da educação inclusiva.** Trabalho apresentado em agosto de 2001, durante os Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ocorrido na UNESP de Marília. (mimeo)

OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal.** São Paulo: Xamã, 2001.

PAULON, Simone Mainieri. (org). **Documento subsidiário a política de inclusão.** Brasília: MEC.Secretaria de Educação especial, 2005.

PLATÃO. **A República.** Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: indicadores para análise de políticas públicas.** In Revista UNDIME, Rio de Janeiro, p. 5-14, Ano III, n.º I Semestre de 2002.

REVISTA NOVA ESCOLA. **O que eles ainda têm a nos ensinar.** 139, ano XVI, São Paulo: Fundação Victor Civita, 2001.

SCHENEIDER, Dorith. **Alunos excepcionais:** um estudo de caso de desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SOUZA, S.L. e Silveiras, E.F. M. **Crianças normais e especiais**. O desafio da convivência escolar. São Paulo: Pediatria Moderna, 1998.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian e PRIETO, Rosângela Gavioli. **A educação especial**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Theresa (orgs.). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002.

VALADARES, Eugênia Ribeiro e SALGADO, Mauro Ivan. **Para compreender a deficiência**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WERNECK, CLÁUDIA. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

WINNICOTT, D, **Pensando sobre crianças**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.